obedecerão ao disposto os arts. 127 a 132 deste Regimento, não sendo exigível a prestação de novo compromisso.
Art. 136 Deferido o pedido, a Secretaria da Câmara Especial providenciará anotação na carteira do requerente, comunicando o fato à Secção onde o interessado tiver inscrição principal, com menção expressa a qualquer impedimento que tenha sido lançado.
PARÁGRAFO ÚNICO. O número de inscrição, atribuído na Secção, será acrescida a letra "A".

CAPÍTULO V
DA INSCRIÇÃO DE ESTAGIÁRIO

Art. 137 Poderão inscrever-se, como estagiários, os interessados que preencherem as condições previstas no Estatuto, no Regulamento Geral e Provimentos da OAB.
Art. 138 O pedido e seu processamento obedecerão ao disposto nos artigos 128 a 130, supra, acrescendo-se a letra "E" ao número de inscrição.

CAPÍTULO VI
DA LICENÇA, SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E ELIMINAÇÃO

Art. 139 Será licenciado do exercício da advocacia, mediante requerimento próprio, representação de terceiro, ou *ex officio* pelo Conselho Seccional, o profissional que:
I- Passar a exercer, temporariamente, cargo, função ou atividade incompatível com a advocacia.
II- Sofrer doença mental considerada curável.
III- Por outro motivo considerado relevante pelo Conselho.
Art. 140 – Enquanto licenciado, o Advogado não participará das Assembléias Gerais, nem estará sujeito ao pagamento da contribuição anual fixada pelo Conselho Seccional.
Art. 141 A suspensão do exercício profissional e a eliminação dos Quadros da Ordem serão aplicadas nos casos e formas previstos no Estatuto e no Regulamento Geral.
Art. 142 Será cancelado dos Quadros da Ordem o inscrito que incidir nas hipóteses constantes no Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como no caso de transferência para outra Secção.
Art. 143 O pedido de licenciamento ou de cancelamento de inscrição não poderá ser deferido enquanto não liquidados os débitos para com a Secção, existir condenação com trânsito em julgado ou processo disciplinar pendente de julgamento.
Parágrafo único. Somente após cumprimento da condenação poderá o pedido ser acolhido.
Art. 144 O cancelamento da inscrição, nos casos do artigo 145, serão determinados pelo Presidente da Secção, à vista dos respectivos processos.
Art. 145 Com o trânsito em julgado da decisão que aplicou ou a pena de suspensão ou de exclusão, a Secretaria da Câmara Especial expedirá comunicações previstas no Estatuto ou Regulamento Geral, devendo o profissional suspenso ou eliminado devolver à Secção a Carteira e o Cartão de Identidade, sob as penas da Lei.

CAPÍTULO VII
DO COMPROMISSO

Art. 146 Deferido o pedido de inscrição originária, o requerente será intimado para prestar compromisso em sessão ordinária ou extraordinária do Conselho Seccional ou ainda perante o seu Presidente.
Art. 147 O compromisso coletivo dos novos inscritos será tomado em sessão ordinária do Conselho Seccional, devendo ser observado o seguinte rito:
I- Constituída a mesa, será dada a palavra a quem, Conselheiro ou não, for designado para a saudação de estilo
II- Em seguida, com todos em pé, o Presidente dará a palavra a um dos compromissandos para ler, pausadamente, o termo de compromisso, que será repetido pelos demais
III- A seguir, o Secretário Geral da OAB/PA fará a chamada nominal dos compromissandos para receberem a Carteira de Identidade das mãos do Presidente ou de quem este designar ocasião
IV- Após o compromisso, com ou sem a presença dos novos inscritos, a sessão prosseguirá, segundo a pauta respectiva dos trabalhos.
Art. 148 Em casos especiais, de urgência ou necessidade devidamente justificado, o compromisso poderá ser tomado pelo Presidente ou por um Diretor Seccional, sempre na presença de pelo menos um Conselheiro Titular.
Art. 149 Se, após 06 (seis) meses da ciência do deferimento da inscrição, o requerente não tiver comparecido para prestar o compromisso, receber a Carteira por transferência ou anotação da inscrição suplementar, o processo será arquivado, podendo ser renovado mediante outro pedido e pagamento das taxas devidas.
Art. 150 É o seguinte, o compromisso que será prestado pelos novos inscritos:
"Prometo exercer a advocacia, com dignidade e independência, observar a ética, os deveres e prerrogativas profissionais e defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, a rápida administração da justiça e o aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas".

CAPÍTULO VIII
DA CARTEIRA E DO CARTÃO DE IDENTIDADE

Art. 151 A Carteira e o Cartão de Identidade, expedidos aos Quadros da Secção, de uso obrigatório no exercício da profissão, constituem identidade civil para todos os efeitos legais.
§ 1º A Carteira e o Cartão de Identidade obedecerão aos padrões aprovados pelo Conselho Federal, devendo ser assinados pelo interessado, na presença de funcionários da Secretaria.
§ 2º Se o interessado assim desejar, a Carteira de Identidade poderá ser entregue pela Secretaria da Subseção, observando-se, quanto à assinatura, o disposto neste artigo.
Art. 152 As anotações na Carteira serão firmadas pelo Secretário Geral da OAB/PA ou por seu substituto legal.
Art. 153 Toda incompatibilidade ou impedimento, original ou superveniente, deverá ser averbado na Carteira e no Cartão de Identidade do profissional, do inscrito, por iniciativa do Conselho, por ato de ofício ou mediante solicitação do inscrito.
§1º Anotar-se-á, também, todo e qualquer exercício de cargos ou funções na OAB-PA ou em suas Comissões.
§2º As anotações de impedimento ou licenciamento devem ser requeridas dentro de 30 (trinta) dias, a contar do fato que os originou, sob pena de advertência, censura ou suspensão.
Art. 154 A substituição da Carteira ou do Cartão de Identidade far-se-á nos casos de término do prazo de vigência, de dilaceração, perda ou extravio, reproduzindo-se as anotações necessárias e fazendo-se referência expressa ao igual documento anteriormente expedido.

CAPÍTULO IX
DO ESTÁGIO PROFISSIONAL

Art. 155 O estágio profissional de Advocacia obedecerá aos ditames legais e as normas específicas fixadas pelo órgão competente.
PARÁGRAFO ÚNICO. Os convênios com as Instituições de ensino superior, que mantiverem o curso de Direito, serão registrados na Secção e supervisionados pela Comissão de Estágio e Exame de Ordem, na forma legal.
Art. 156 Na orientação e fiscalização do estágio profissional será respeitada a livre administração das entidades educacionais, obedecendo-se aos princípios da autonomia universitária e a liberdade de ensino, dentro dos limites estabelecidos pela Ordem dos Advogados do Brasil.
Art. 157 Constituirão motivos para denúncia de convênio ou cassação do registro de curso ou estágio em escritório ou órgão oficial, entre outros:
I- Parecer da Comissão de Educação Jurídica contrário ao funcionamento do curso de Direito.
II- A perda pelo estabelecimento de ensino ou pelo Advogado-Chefe dos requisitos determinados no Estatuto.
III- A interrupção do estágio, por 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) intercalados.
IV- A perda de idoneidade específica.
V- O desvirtuamento da finalidade eminentemente prática do estágio.
VI- A sonegação de informações pertinentes aos trabalhos do estágio ou obstáculo posto a sua fiscalização.

CAPÍTULO X
DO EXAME DE ORDEM

Art. 158 O Exame de Ordem será realizado ao menos duas vezes ao ano e obedecerá ao disposto no Estatuto, no Regulamento Geral e nos Provimento do Conselho Federal.
PARÁGRAFO ÚNICO. Dentro dos limites traçados pelo Regulamento Geral e pelos Provimentos do Conselho Federal, a Seção expedirá Resoluções regulamentando o Exame de Ordem, levando em consideração as peculiaridades locais.

CAPÍTULO XI
DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Art. 159 O registro de sociedade de advogados far-se-á na conformidade do que dispõe o Estatuto, Regulamento Geral e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
Art. 160 Os pedidos de registros e de alterações contratuais serão dirigidos ao Presidente da Secção, o qual encaminhará o requerimento à Câmara Especial, na qual será designado Conselheiro Relator, sendo observadas, no que couber, as normas processuais.
Art. 161 O Conselho Secional poderá, a qualquer tempo, pedir informações e fiscalizar as atividades das sociedades de advogados, verificando a compatibilização de seus instrumentos constitutivos e fins com as disposições do Estatuto, Regulamento Geral e Provimentos que regulam a matéria.
Art. 162 A extinção da sociedade far-se-á com observância dos mesmos requisitos exigidos para seu registro.

TÍTULO III
DO PROCESSO
CAPÍTULO I
DO PROCESSO EM GERAL
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 163 Todos os processos terão forma de autos forenses, com os pareceres e despachos exarado em ordem cronológica.
PARÁGRAFO ÚNICO. É proibido aos interessados lançar cotas nos processos, sublinhar em texto ou destacá-los de qualquer forma.
Art. 164 Sem prévio consentimento do Presidente ou Diretor presente à Secretaria, somente aos membros do Conselho é permitida a consulta aos arquivos e processos em tramitação na Secção.
Art. 165 Nenhum requerimento terá andamento, enquanto o interessado, inscrito na Secção, estiver em atraso no pagamento de qualquer das contribuições obrigatórias ou multas aplicadas.
Art. 166 Para requerer ou intervir são necessários o interesse e a legitimidade.
Art. 167 O interessado pode requerer, pessoalmente ou por procurador, na forma da lei.
Art. 168 O requerimento será instruído com os documentos necessários, facultando-se, mediante petição fundamentada e nos casos legais, a juntada de documentos no curso do processo.
§ 1º Os documentos poderão ser apresentados por cópia, fotocópia, xerocópia ou reprodução permanente por processo análogo, autenticada em cartório ou conferida pela Secretaria na sua apresentação.
§ 2º Nenhum documento será devolvido sem que dele fique, no processo, cópia ou reprodução autenticada.
Art. 169 Na tramitação dos processos, observar-se-ão as formalidades impostas pela natureza do pedido e as normas especiais constantes no Estatuto, no Regulamento Geral, nos Provimentos do Conselho Federal e neste Regimento.
Art. 170 Nos casos omissos, aplicar-se-ão, subsidiariamente, os dispositivos da lei processual civil e, nos processos disciplinares, os da lei processual penal.
Art. 171 No encaminhamento e na instrução do processo, que deverá ser concluída pelo relator designado no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, ter-se-á sempre em vista a conveniência da rápida solução, só se formulando exigências absolutamente indispensáveis à elucidação da matéria. Em igual prazo, o processo será julgado pelo Tribunal de Ética e Disciplina e, havendo recurso, no mesmo prazo o Conselho Seccional decidirá.
§ 1ª Quando, por mais de um modo se puder praticar o ato ou cumprir a diligência, dar-se-á preferência à forma menos onerosa para os interessados.
§ 2º A Secretaria prestará as informações e esclarecimentos de sua competência, quando solicitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
§3º Ninguém poderá deixar de prolatar decisão de sua competência em razão de observância de formalidades, se presentes todos os elementos substancialmente necessários à solução da questão.
§4º O relator poderá ordenar, de oficio, as diligências que julgar necessárias.
§5º O julgamento obedecerá, no que couber, ao disposto nos artigos 45 a 52 deste regimento.

SEÇÃO II
DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

Art. 172 Os interessados serão notificados dos despachos em que lhes formulem exigências e das decisões proferidas.
Art. 173 As notificações far-se-ão por uma das seguintes formas:
Mediante oficio, dirigido ao interessado ou a seu representante, entregue pessoalmente por servidor da Secretaria ou através do Correio, com Aviso de Recebimento, (AR) ou sistema semelhante;
Pela ciência que do ato venha a ter o interessado ou seu representante no processo, em razão de comparecimento espontâneo ou por convocação da Secretaria;
Pela publicação do despacho ou decisão no Diário Oficial do Estado, com a indicação do número do processo e do nome dos interessados.
Por meio eletrônico, conforme ato regulador do Conselho Seccional.
§1º O endereço do interessado ou de seu representante será indicado no processo respectivo e, na falta de indicação, tratando-se de inscrito na Ordem, utilizar-se-á o constante nos registros na Secretaria.
§2º Os inscritos na Secional deverão comunicar as mudanças de nome, endereço e estado civil, tão logo se verifique o evento, para as competentes anotações, confirmando ou retificando tais dados por ocasião do pagamento de suas contribuições.
§3º A falta de comunicação de mudança de endereço retira do inscrito o direito de alegar o não-recebimento de correspondência ou intimações remetidas para o endereço constante na ficha de assentamentos.
§4º O servidor que fizer a entrega ou remessa da comunicação lavrará certidão nos autos ou juntará o recibo do Aviso de Recebimento (AR), conforme o caso.
Art. 174 Nos processos disciplinares, as notificações far-se-ão pela forma prevista no Estatuto, Regulamento Geral e Provimento do Conselho Federal.
Art. 175 As notificações ter-se-ão por entregues, salvo prova em contrário:
Na data de recebimento, certificado pelo servidor da Secretaria.
Com a juntada do Aviso de Recebimento (AR).
Art. 176 As notificações a pessoas que exerçam função pública

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE